

Universidade Presbiteriana Mackenzie
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

**Aplicabilidade das Práticas de *Compliance* e Controle Interno
no Combate às Fraudes Corporativas no Brasil**

Caio Marcelo Suplicy Mazzola

São Paulo
2014

Caio Marcelo Suplicy Mazzola

**Aplicabilidade das Práticas de *Compliance* e Controle Interno
no Combate às Fraudes Corporativas no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Presbiteriana Mackenzie para a obtenção do título de Mestre em Controladoria Empresarial.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Cardoso

**São Paulo
2014**

M477a Mazzola, Caio Marcelo Suplicy

Aplicabilidade das práticas de compliance e controle interno no combate às fraudes corporativas no Brasil / Caio Marcelo Suplicy Mazzola - 2015.

100f.: il., 30 cm

Dissertação (Mestrado em Controladoria Empresarial) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Lopes Cardoso

Bibliografia: f. 86-91

1. Compliance. 2. Fraudes. 3. Auditoria.
4. Investigação. 5. Canal de denúncia. I. Título.

CDD 658.458

Caio Marcelo Suplicy Mazzola

**Aplicabilidade das Práticas de *Compliance* e Controle Interno
no Combate às Fraudes Corporativas no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Presbiteriana Mackenzie para a obtenção do título de Mestre em Controladoria Empresarial.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Lopes Cardoso - Orientador
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. José Carlos Tiomatsu Oyadomari - Examinador Interno
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Antonio Marcos Favarin - Examinador Externo
Consulcamp

Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Benedito Guimarães Aguiar Neto

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dra. Helena Bonito Couto Pereira

Diretor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Aderito da Silva

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

Profa. Dra. Maria Thereza Pompa Antunes

“Pois zelamos o que é honesto, não só diante do Senhor,
mas também diante dos homens”.
(2 Coríntios 8:21)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela contínua e eterna demonstração de sua Graça, pois nenhum obstáculo é grande demais quando confiamos Nele.

À minha família, meu principal vetor de sucesso, sendo minha esposa Silvia, amiga, companheira, iluminada e sábia, que me incentivou a seguir em frente em mais essa etapa da vida e a minha filha Beatriz, minha fonte de energia quântica para viver.

Ao Instituto Presbiteriano Mackenzie, que proporcionou esse desafio, aos meus colegas de trabalho, Danilo, Robson, Eduardo, Josué e Márcia que transformaram opiniões e sugestões em ensinamentos que contribuíram com este estudo e a família Gusman pela forma sincera e verdadeira de acolher e enfrentar a vida.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Ricardo Lopes Cardoso, que contribuiu de forma singular, me conduzindo no tema com foco e determinação, ao Prof. Dr. Joshua Onome Imoniana, que aventou e colaborou com as minhas pesquisas e também à Coordenadora do Curso Prof. Dra. Maria Thereza Pompa Antunes, pela confiança depositada.

Agradeço ainda ao Prof. Dr. Luiz Carlos Jacob Perera, que contribuiu de maneira valorosa durante o processo de qualificação e de avaliação, transmitindo seus conhecimentos e observações sempre pertinentes e assertivos.

Finalmente, um agradecimento todo especial a todos aqueles que, embora não mencionados expressamente, trouxeram suas contribuições, seus comentários e suas experiências durante a realização deste estudo e da minha formação.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo avaliar a aplicabilidade das atividades de controles internos e *compliance* no combate a fraudes corporativas, conforme a percepção dos profissionais que atuam nas áreas de monitoramento. A amostra pesquisada foi selecionada tendo como base a população de profissionais das áreas de controle interno, auditoria e controladoria, acessados através da rede social profissional *LinkedIn* (grupos específicos de profissionais da área) e redes de relacionamentos; logo a amostra foi de conveniência. O instrumento usado para coletar as 102 respostas foi o *SurveyMonkey*. A metodologia de análise foi qualitativa e quantitativa, baseada em observações definidas a partir da estrutura teórica que respaldou os fundamentos do trabalho. Entre as principais considerações pode-se destacar que as atividades resultantes da implantação de um código de conduta ética e do canal de denúncias, por meio das ferramentas de controles internos e posteriormente monitorados pelas áreas de *compliance* e de auditoria interna, possuem condições para minimizar as ocorrências de fraudes corporativas. Evidenciando a percepção dos pesquisados, apesar da tendência crescente dessas ocorrências, é irrefragável que o conhecimento, a comunicação, o monitoramento contínuo, o “estar” em *compliance*, bem como a revisão perene dos normativos e controles internos são alicerces funcionais no combate às fraudes corporativas no Brasil.

Palavras chaves: *Compliance*, Fraudes, Auditoria, Investigação, Canal de denúncia.

ABSTRACT

The present study aimed to evaluate the applicability of internal controls and compliance activities in combating corporate fraud, as the perception of professionals working in the areas of monitoring. The research sample was selected based on the population of professionals in the areas of internal control, auditing and controllership, accessed through the professional social network LinkedIn (specific groups of professionals in the field) and relationship network, then the sample was convenience. The instrument used to collect the 102 responses answers was the SurveyMonkey. The methodology was qualitative and quantitative analysis, based on observations defined from the theoretical to the foundations of the program work. Among the main considerations you can emphasize that the activities resulting from the implementation of a code of ethical conduct and the channel of complaints through internal controls and tools subsequently monitored through the areas of compliance and internal audit have conditions to minimize corporate fraud in the three main strands of the tree of the fraud (Corruption, misappropriation of assets and fraudulent financial statements). Highlighting the perception of respondents, despite the growing trend of incidents, is irrefutable the knowledge about the subject, communication, monitoring, “being” compliance, as well as periodic review of internal controls and regulatory are tools fully viable as to the applicability to combat corporate fraud in Brazil.

Keywords: Compliance, Fraud; Audit; Investigation; Anti-Fraud Program.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Contextualização do tema	17
1.2 Objetivos gerais e específicos	20
1.3 Questão de pesquisa	21
1.4 Justificativas	21
1.5 Hipótese de pesquisa	22
1.6 Estrutura do trabalho	22
2. REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 Fraude	24
2.1.1 Triângulo da fraude	25
2.1.2 Fraude x erro	27
2.2 Tipologia da fraude	28
2.3 Corrupção	35
2.3.1 Apropriação indevida de ativos	36
2.3.2 Demonstrações financeiras fraudulentas	36
2.4 Cenário nacional brasileiro	37
2.5 Métodos de combate à fraude	38
2.5.1 Auditoria	40
2.5.1.1 Auditoria interna	42
2.5.1.2 Auditoria externa	43
2.5.1.3 Auditoria pública	44
2.5.2 Sistemas de controles internos	45
2.5.3 Compliance	49
2.5.3.1 Canal de denúncias	54
2.5.3.2 Código de ética	56
2.5.3.3 Governança corporativa	56

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	58
3.1 Tipologia da pesquisa.....	58
3.2 População e amostra.....	58
3.3 Procedimento de coleta de dados.....	59
3.4 Procedimento de tratamento de dados.....	60
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	61
4.1 Características pessoais da amostra dos profissionais envolvidos com as atividades de controles internos e <i>compliance</i>	61
4.2 Características da empresa do respondente e a relação de aplicabilidade no combate a fraudes corporativas.....	65
4.3 Conhecimento técnico do respondente em relação à aplicabilidade das ferramentas de monitoramento de controle interno e de <i>compliance</i> na sua empresa de atuação.....	69
4.4 Avaliação da percepção de eficiência das ferramentas de controle interno, práticas de <i>compliance</i> e de monitoramento no combate a fraudes quanto ao risco e ambiente corporativo.....	73
4.5 Avaliação da percepção quanto à atualização dos controles e a tendência quantificada das ocorrências de fraudes.....	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
APÊNDICE.....	92
Apêndice Nº 1 – Carta de apresentação do questionário enviada por correio eletrônico.....	92
Apêndice Nº 2 – Questionário.....	93
ANEXOS.....	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Triângulo da fraude.....	26
Figura 2 – Diamante da fraude.....	27
Figura 3 – Adaptação da Árvore da Fraude - Fraude ocupacional por categoria.....	29
Figura 4 – Plano de combate à fraude.....	40
Figura 5 – Tipos de auditores.....	42
Figura 6 – Obrigações de <i>compliance</i>	52
Figura 7 – <i>Compliance</i> na pirâmide da governança corporativa.....	53
Figura 8 – Ferramentas de <i>compliance</i>	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Fraudes ocupacionais por categoria – % dos casos.....	31
Gráfico 2 – Fraudes ocupacionais por categoria – Média de perdas US\$.....	31
Gráfico 3 – Fraudes ocupacionais por nível hierárquico.....	32
Gráfico 4 – Fraudes ocupacionais por nível hierárquico – Média de perdas US\$.....	32
Gráfico 5 – Fraudes ocupacionais por idade do fraudador.....	33
Gráfico 6 – Fraudes ocupacionais por idade do fraudador – Média de perdas US\$.....	33
Gráfico 7 – Fraudes ocupacionais por tempo de empresa – Média de perdas US\$.....	33
Gráfico 8 – Fraudes ocupacionais por escolaridade – Média de perdas US\$.....	34
Gráfico 9 – Circunstâncias facilitadoras da fraude.....	49
Gráfico 10 – Formas de detecção da fraude.....	55
Gráfico 11 – Idade dos respondentes.....	61
Gráfico 12 – Nível de formação acadêmica.....	62
Gráfico 13 – Formação acadêmica.....	63
Gráfico 14 – Nível hierárquico.....	64
Gráfico 15 – Área de atuação dos participantes.....	64
Gráfico 16 – Setor de atuação da empresa do respondente.....	65
Gráfico 17 – Porte da empresa (receita anual).....	66
Gráfico 18 – Porte da empresa (quantidade de empregados).....	67
Gráfico 19 – Áreas e controles implantados na empresa	68
Gráfico 20 – Tipos de ocorrências deparadas na carreira profissional.....	69
Gráfico 21 – Média de conhecimento sobre controles internos e práticas de compliance.....	70
Gráfico 22 – Média de eficiência do controle interno.....	73
Gráfico 23 – Média de eficiência do controle sobre o fator de risco.....	74
Gráfico 24 – Média de eficiência dos controles internos.....	75
Gráfico 25 – Média de eficiência dos controles de informação e comunicação.....	76
Gráfico 26 – Nível médio de confiança, transparência e satisfação com controles internos.....	77
Gráfico 27 – Média da probabilidade do risco de ocorrência de fraude.....	78
Gráfico 28 – Média da probabilidade da ocorrência da fraude.....	78
Gráfico 29 – Participação da auditoria interna na manutenção das normas.....	79
Gráfico 30 – Tendência das ocorrências de fraudes.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição de auditores.....	42
Quadro 2 – Princípios de controles internos.....	47
Quadro 3 – Classificação do porte empresarial	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Localização geográfica das vítimas de fraude.....	30
Tabela 2 – Fraudes ocupacionais por departamento.....	34
Tabela 3 – Porte da empresa.....	67
Tabela 4 – Classificação do controle interno.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACFE	<i>Association of Certified Fraud Examiners</i> (Associação dos Examinadores de Fraude Certificados)
AICPA	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
BACEN	Banco Central do Brasil
BIR	<i>Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento</i>
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	<i>Certified Fraud Examiners</i> (Examinadores de Fraude Certificados)
CGU	Controladoria Geral da União
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COSO	<i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i>
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EUA	Estados Unidos da América
FCPA	<i>Foreign Corrupt Practices Act</i>
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IFRS	<i>International Financial Report Standards</i>
IIA	Institute of Internal Auditors (Instituto de Auditores Internos)
ISA	<i>International Standards on Auditing</i>
KPMG	<i>Klynveld Peat Marwick Goerdeler</i>
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PWC	<i>PricewaterhouseCoopers</i>
SEC	<i>Securities Exchange Commission</i>
SOX	Lei Sarbanes Oxley

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema

As mudanças ocorridas no cenário econômico mundial, principalmente considerando a competitividade corporativa devido à globalização, a relevância da informação para tomada de decisão e a padronização da gestão empresarial resultaram na necessidade de parametrização e equalização dos procedimentos contábeis. Conforme Antunes et al. (2012, p. 15) visando a harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais como o *International Financial Report Standards – IFRS*, foram adotadas no país desde 2008.

Atualmente as informações contábeis são consideradas a principal ferramenta de suporte para avaliação econômica e financeira das organizações, com um conjunto de normas e procedimentos que possibilitam a transparência e a comparabilidade das informações. Segundo Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009, p. 2) a contabilidade tem como função pensar e conceber um modelo de informação que auxilie na redução do conflito cognitivo de forma equitativa, decorrente da tendência da apropriação de bens e serviços em detrimento do outro. Conflito este, minimizado pela utilização do instrumento pelo qual as corporações de capital aberto realizam a prestação de contas para seus *stakeholders* e a sociedade. Entretanto, é quase intrínseco à natureza humana que, enquanto houver negócios, status e dinheiro, haverá o risco da fraude (KPMG, 2009, p. 19). Os valores de conduta ética são assimilados pelos profissionais ao longo da sua experiência, em setores e organizações com culturas diversas. Normalmente, os limites de conduta para o exercício das atividades e tomadas de decisão são balizados por uma legislação corporativa e/ou de regulação.

De acordo com Kim (2010) as regras elaboradas por entidades reguladoras e legitimadas pelo mercado não impedem a ocorrência de fraudes, envolvendo grandes empresas, atos de corrupção, escândalos econômico-financeiros e de crises, como as de 2008, despertando assim, grande desconfiança dos investidores no mercado financeiro. Num cenário onde os ardilosos vislumbram a oportunidade de cometer delitos de forma premeditada e planejada, as instituições resolveram focar com mais atenção aos programas de controle interno, de *compliance* (apesar da tradução do termo estar relacionada ao “fazer cumprir” de regras), e de conduta ética.

Conceitualmente, a fraude é um fenômeno que provoca prejuízos à sociedade e às organizações (privadas e governamentais). A literatura sobre esse tema é polêmica e seus

conceitos e indicadores devem ser utilizados com parcimônia, pois normalmente são indiretos, complexos e controversos (BREI, 1996, p. 64).

Para mensurar a dimensão da percepção moral sobre a fraude precisa-se entender o indivíduo, não com o intuito de caracteriza-lo, mas visando o desenvolvimento de programas de controle interno e *compliance* com o objetivo de mitigar o risco e, conseqüentemente, controlar a incidência da fraude nas organizações por meio de mecanismos formais e ações preventivas, ostensivas e corretivas (NASH, 1993, p. 10-11).

Os profissionais envolvidos com a auditoria, perícia, monitoramento e controle tem por competência e, conseqüentemente, por necessidade conhecer o ambiente da fraude, pois dentro de seus deveres está a defesa da empresa contra essas ações ardis. Assume-se, portanto, responsabilidades e um compromisso perante a sociedade (SÁ e HOOG,2010, p. 29).

A fraude e a corrupção atingem o desenvolvimento econômico provocando incerteza para investimentos, gerando altos custos sociais e políticos. Abramo (2005, p. 33-37) afirma que “o valor que emerge do combate à fraude e à corrupção como necessidade que se justifica por si, acrescenta-se o impacto econômico da corrupção reconhecidamente relevante, cuja mensuração pode sensibilizar a sociedade para a magnitude desse problema”.

Segundo a organização não governamental Transparência Internacional (TI – 2010), em seu relatório anual de análise dos índices de percepção de corrupção no mundo o Brasil ocupou a 75ª posição no ranking de corrupção percebida entre 180 países, atrás de Porto Rico (36º), Malásia (57º) e Kuwait (68º); esse estudo deu nota 3,7 ao Brasil, o que indica um problema grave de corrupção, pois as notas atribuídas vão de 0 (países vistos como muito corruptos) a 10 (considerados pouco corruptos).

De acordo com o relatório sobre a percepção de corrupção desenvolvido pela FIESP (2013), o custo anual estimado da corrupção no Brasil para 2012 foi de 1,38% a 2,3% do PIB, algo entre R\$ 41,5 e R\$ 69,1 bilhões, que saem dos cofres públicos mas não chegam ao seu destino.

A *Association of Certified Fraud Examiners* (ACFE) elabora bianualmente um estudo baseado na compilação de casos de fraudes ocorridos em empresas no mundo, em sua edição de 2012 as organizações informaram uma perda aproximada de 5% de suas receitas por conta das fraudes ocorridas, o que significa uma potencial perda anual de mais de US \$ 3,5 trilhões. As

menores organizações sofreram as maiores perdas, pois empregam menos controles internos, anti-fraudes e de *compliance* do que suas contrapartes maiores, o que aumenta a vulnerabilidade.

Conforme Manzi (2008, p. 93), os riscos operacionais podem derivar de fraudes internas, onde a fragilidade nos controles, a falha de registro dos processos, bem como a ausência de normatização dos procedimentos fragilizam os controles e dificultam o gerenciamento das atividades na instituição.

De acordo com Blanqué (2002, p. 60) a fraude não pode ser considerada somente como um ato de roubo ou de corrupção, mas sim como uma transação imoral que viola uma relação contratual de confiança. A fraude está diretamente relacionada com o dolo e a má fé; envolve aspectos éticos, morais, legais, institucionais, sociais e econômicos.

Por essa perspectiva, discutir sobre fraude é compreender a sua natureza, dinâmica, influências e circunstâncias nas organizações, pois conforme Morin (2003, p. 59), não há expectativas quanto a uma relação nominal do bem e o mal, o justo e o injusto, mas considera-se somente o desvio da moral ou a discordância das suas exigências, em movimento como o próprio ser humano.

Segundo Moreira (2009, p. 179) quanto melhor se conhecer sobre fraudes, mais se tem a condição de planejamento e desenvolvimento de metodologia própria ao combate. Conforme Silva (2007, p. 3), a melhor prevenção contra fraudes é o estabelecimento de ferramentas que mitiguem a possibilidade da sua realização por pessoa que, direta ou indiretamente, tenha o interesse de praticar. Já Wells (2004) menciona em seu artigo *New approaches to fraud deterrence* no *Journal of Accountancy* que a prevenção é a forma mais viável do que a detecção, pois é limitada a probabilidade de êxito na recuperação das perdas envolvidas, após sua ocorrência.

Uma destas práticas para minorar o risco da fraude, evento multifacetado e obscuro, com características resilientes, é a utilização de ferramentas de controle interno e *compliance*, bem como o uso de mecanismos como o código de conduta ética, e o canal de denúncia. Cherman e Tomei (2005, p. 103) confirmam essa procura crescente das organizações por essas metodologias preventivas e disciplinadoras, que visam minimizar prejuízos financeiros imediatos, promovendo uma equalização do ambiente laboral corporativo e a manutenção da imagem e reputação das organizações.

1.2 Objetivo Geral e Específicos

Uma das formas de mitigação das ocorrências de fraudes, conforme Silva (2007, p. 3), é o desenvolvimento e a aplicação de ferramentas que desestimulem o indivíduo de praticar tais atos ardis, pois a prevenção é a forma mais exequível em relação à percepção do ato.

Para a ciência contábil, a fraude representa uma negação da verdade, conforme Sá (1962, p. 39), é necessário o estudo das causas e efeitos.

Esse estudo se propõe a avaliar a aplicabilidade dos controles internos e dos programas de *compliance* no combate aos riscos internos de irregularidades corporativas, bem como sua percepção dentro das organizações.

A primeira conjuntura foi relacionar o objetivo referido com a fundamentação teórica, através de trabalhos científicos publicados e literatura nacional e internacional disponíveis. Foi possível discernir que a implementação de controles internos associados às práticas de *compliance* pode proporcionar um nível de eficiência das atividades de monitoramento, conhecimento e combate à fraude.

A segunda diretriz foi a avaliação por intermédio de *survey*, a adesão e a percepção dos profissionais envolvidos neste estudo quanto às formas de retundir e combater à fraude corporativa em relação às atividades de controle interno e de *compliance*, com vistas a identificar e divulgar as práticas disponíveis no cenário corporativo brasileiro.

O terceiro princípio foi a assimilação da dinâmica da fraude e da corrupção, compreendendo sua conduta em conflito com as regras de controle interno, influenciadas pelas circunstâncias e decisões que levam o indivíduo a perpetrar essa ação.

A quarta condição foi o apontamento da gestão de controle interno e a utilização de ferramentas de *compliance* como fatores preponderantes para minorar o risco da fraude, preservando a imagem corporativa, maximizando a eficácia operacional, bem como a transparência do negócio.

Transparência corporativa inclui lideranças engajadas, regras formalizadas, comunicação eficiente, disponível e constante, a distribuição de responsabilidades, o monitoramento e a apuração adequada. A soma desses fatores é a base para uma cultura de *compliance*, ética e de resultado.

1.3 Questão de pesquisa

Martins e Theóphilo (2007, p. 22) definem que uma questão de pesquisa tem sua origem na inquietação, dúvida, interesse e curiosidade que emergem sobre um determinado assunto não conhecido e/ou não concluído.

Sendo assim, percebido o conceito de fraude, podemos pesquisar o conjunto de ações integradas por sistemas de controles formais através dos preceitos da estrutura organizacional para monitoramento, fiscalização e mitigação do risco.

A dúvida que se manifesta nesse trabalho está relacionada com as práticas de controle interno e *compliance* disponíveis no mercado e suas respectivas aplicabilidades nas empresas situadas no Brasil, indagando se as organizações estão preparadas para obstruir possíveis ações ilícitas contra seus negócios.

Devido ao cenário apresentado e a necessidade das organizações em combater de forma eficiente e eficaz os atos de corrupção e fraudes, bem como a percepção e atuação dos profissionais envolvidos diretamente nas atividades de controle, monitoramento e detecção dessas ocorrências, articula-se a seguinte questão de pesquisa:

As práticas de controle interno e do programa de *compliance* tem suma aplicabilidade e perceptibilidade pelas empresas brasileiras no combate e mitigação ao risco das fraudes corporativas?

Essa pesquisa foi realizada com profissionais que atuam nas áreas de controle interno, monitoramento, fiscalização, detecção e *compliance* das organizações.

1.4 Justificativas

O American Institute of Certified Public Accountants – AICPA, apud Galloro (2000, p. 61) define o controle interno como os métodos e medidas adotadas pela organização para salvaguardar seus ativos, promover a eficiência operacional e fomentar o respeito às políticas internas.

Tendo em vista a crescente necessidade das organizações em atenuar o risco das fraudes, em atender aos órgãos regulatórios e a necessidade de acolher às expectativas externas (investidores e parceiros), bem como internas (funcionários) e da sociedade, mantendo a imagem, a transparência e o compromisso de responsabilidade, este estudo pretende contribuir tanto para a

academia quanto para o meio empresarial, identificando e disseminando as práticas e ferramentas de controle interno e *compliance* explicitadas como eficientes.

1.5 Limitação de escopo

Devido à preocupação das organizações com a imagem, o acesso aos dados sobre as fraudes ocorridas acaba sendo restrito, principalmente no que tange às experiências reais dos profissionais envolvidos na investigação, detecção e apuração dos fatos.

Conforme Hassink, Meuwissen e Bollen (2010, p. 862), a natureza sensível das situações de fraude e a baixa frequência dos casos detectados, também surgem como um limitador para os resultados alcançados: motivos que direcionam esse trabalho para a pesquisa das práticas de controle interno e *compliance* no combate e mitigação dos riscos de fraudes, sem a necessidade de obter dados internos sobre os prejuízos causados.

As citações realizadas nesse trabalho foram obtidas por meio de pesquisa em mídias, noticiários, periódicos e artigos acadêmicos, todos de conhecimento público e notório.

1.6 Estrutura do trabalho

O presente estudo foi constituído em cinco capítulos: o primeiro capítulo introduz sobre o tema, qualificando a fraude e as práticas de controle interno e de *compliance* na esfera corporativa atual. Há também a apresentação dos objetivos pretendidos e a questão de pesquisa que arquitetou todo o estudo, bem como as justificativas e contribuições.

O segundo capítulo refere-se à recapitulação bibliográfica de literatura, que apresenta a estrutura teórica do estudo, segregada pelos temas de fraudes e corrupção dentro das organizações, conceituando a classificação do ato arдил, finalizando nos agentes e práticas de controle interno e *compliance* envolvidos diretamente no combate à fraude.

Citando ainda sobre o conceito de triângulo da fraude, seus fatores motivacionais e sua taxonomia junto à ótica da árvore da fraude da ACFE.

O terceiro capítulo está elencado aos procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa, através da tipologia aplicada categorizada quanto à forma de abordagem, os objetivos e procedimentos utilizados.

Dessa forma, são descritos a definição da população e amostra a ser averiguada, a forma de coleta das informações, o tratamento e a apreciação dos dados obtidos.

O quarto capítulo abrange os resultados obtidos pela pesquisa realizada, onde são evidenciados os níveis de percepção e aplicabilidade das atividades de controle interno e *compliance* no combate às fraudes empresariais, conforme a percepção dos profissionais engajados.

Finalmente o quinto capítulo apresenta os aspectos mais relevantes detectados na pesquisa e as respectivas conclusões, suas implicações para a academia e sua viabilidade de aplicação e divulgação para as organizações, bem como, sugestões para estudos futuros relacionados.